

A IDEOLOGIA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Eliana Crispim França Luquetti¹

Monique Texeira Crisóstomo²

RESUMO

O presente trabalho visa verificar a questão ideológica veiculada nos livros didáticos de Língua Portuguesa. A linguagem presente nesta ferramenta é pertencente à classe dominante, dotada de ideologia, e, a partir de sua fala peculiar pode tornar-se fonte de discriminação para os alunos de classe menos favorecida. Apesar das várias reformulações sofridas pelo livro ao longo dos anos, ainda prevalece em seu discurso a abordagem da língua tradicional. Este amparo pedagógico não pode ser visto como única fonte de transmissão de conhecimento e se sua abordagem fosse realizada sob a perspectiva da linguística funcional, o “ensino de língua” seria mais produtivo.

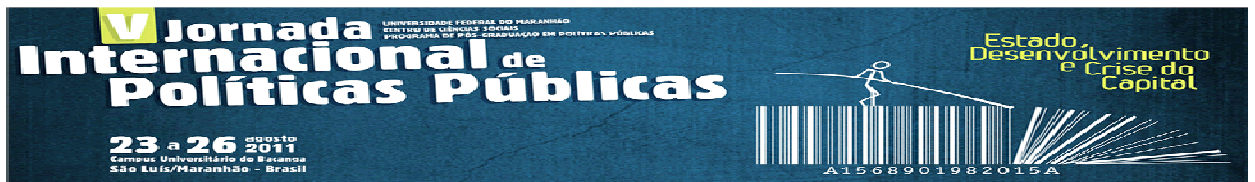
Palavras-chave: Livro didático, discurso e ideologia.

ABSTRACT

This study aims to verify the ideological question conveyed in the Portuguese Language's textbooks. The present language in this tool is owned by the ruling class, with its ideology, and from its peculiar speech can become a source of discrimination for students of less privileged class. Despite several changes undergone by the book over the years, his speech still prevails in the approach of the traditional language. This educational

¹ Doutora. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. elinafff@gmail.com

² Especialista. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. monikebj@gmail.com



support can not be seen as the only source of transmission of knowledge and his approach was performed from the perspective of functional linguistics, the "language education" would be more productive.

Keywords: Textbooks, discourse and ideology.

INTRODUÇÃO

O uso do livro didático na escola é fato que se faz presente ao longo da história da educação e, inclusive, para muitas pessoas, o sucesso escolar não ocorre sem esse instrumento de apoio.

O livro didático conta com dois leitores específicos, que são o professor e o aluno, sendo que aquele tem o direito de escolhê-lo, de encontrar respostas para as necessidades específicas do educando, enquanto este, apesar de ser visto como leitor alvo, não tem direito de escolha e sim de usá-lo sob forma de imposição.

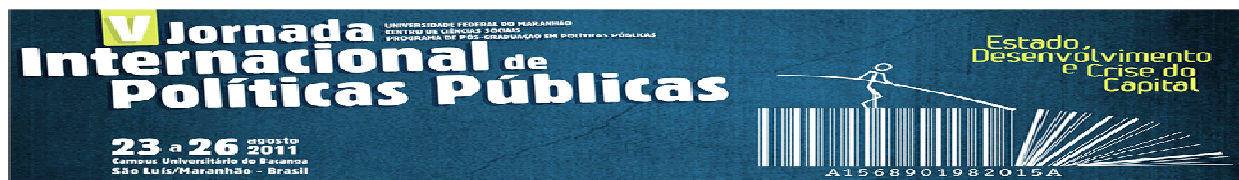
De acordo com Silva (2009, p.112), "no currículo, o livro didático assume papel de principal controlador: orienta os conteúdos a serem ministrados, a sequência deles, as atividades de aprendizagem, a avaliação do desempenho dos alunos". Assim, ele passa a ser a principal fonte de transmissão do conhecimento.

O livro didático não pode ser considerado como única ferramenta a ser utilizada no processo ensino-aprendizagem. Cabe ao professor ter a consciência de que ele é apenas um suporte pedagógico e não um manual completo e diversificado.

Segundo Silva (2009, p.113),

a importância do livro didático não está apenas no papel que ele exerce no processo ensino-aprendizagem, mas, também, pela função política e ideológica que cumpre como ferramenta do sistema educacional, o qual, como diria Bourdieu, tem, além de suas funções específicas, as de operar como um aparelho ideológico do estado, no caso o Estado brasileiro, tendo em vista a atuação deste em relação ao livro didático.

Verificamos que as mudanças que fortalecem o livro didático, no entanto, ainda é objeto de controvérsias. As diversas leituras que ele provoca revelam a complexidade de sua natureza e, conseqüentemente, esse pode ser usado para muitos fins. Mas a ideia de que se resume apenas a um poderoso e eficiente instrumento pedagógico, utilizado por



grupos sociais hegemônicos que, por intermédio dele, perpetuam seus valores, sua ideologia, sua cultura, pode ser considerada uma meia-verdade.

Mesmo sabendo que se trata de um produto, que obedece a regras de mercado e/ou do governo vigente, que o saber nele presente é o saber oficial imposto pelo poder, não se pode esquecer o uso que professores e alunos fazem desse instrumento pedagógico. Esse material pedagógico pode, perfeitamente, servir como uma ferramenta de trabalho adequada às necessidades de um ensino crítico e autônomo. Assim, cabe ao professor sua escolha e exclusivamente a ele a escolha dos métodos de trabalho.

Desta forma, percebe-se que o livro didático é veiculador de ideologias e intenções e os educadores devem ter a consciência de que esse suporte não é o único meio de transmissão de conhecimento, uma vez que a clientela que o utiliza é heterogênea, com culturas diferentes.

1- Todo discurso é provido de ideologia

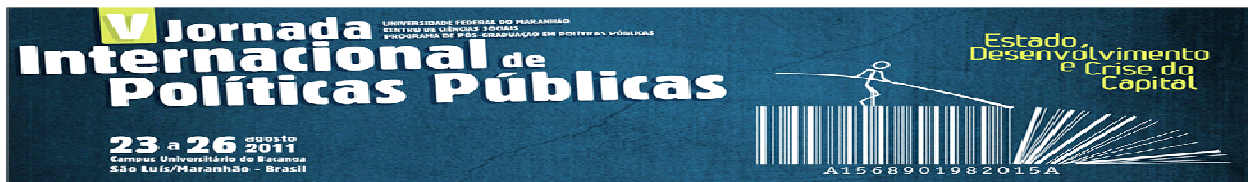
Todo discurso traz consigo uma intencionalidade, seja de forma clara ou oculta, por mais imparcial que o autor tente ser na sua argumentação, com a finalidade de persuadir alguém acerca do que se considera verdade. Esta intencionalidade pode estar contida no discurso de quem escreve, porém influenciada por determinadas entidades, classes sociais, governos e outros.

Citelli (2005, p.6) afirma “que o elemento persuasivo está colocado ao discurso como a pele ao corpo. É muito difícil rastreamos organizações discursivas que escapem à persuasão...”.

Todo texto, escrito ou falado, contém um enunciador incorporado e possui a voz de determinado sujeito, que está além do texto, e que Maingueneau (2001) define como *ethos*. Para Roland Barthes (apud MAINGUENEAU, 2001, p.98), as características desse *ethos*

são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se representar. [...] O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo”.

No entanto, o *ethos* torna-se característica também do texto escrito, que traz uma intencionalidade incorporada, o posicionamento implícito de determinado sujeito. Assim, Maingueneau (2001, p.98) afirma que o *ethos*



é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

Dessa maneira, nenhum discurso é isento de intencionalidade, de ideologias, de posicionamentos de determinadas instituições e indivíduos. Todo discurso traz enunciados já referidos em outros, quer implícitos ou não.

Bakhtin (apud FAIRCLOUGH 2001, p.134) argumenta que

nossa fala... é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, retrabalhamos e reacentuamos.

O discurso permite que os indivíduos ajam sobre o mundo, sobre outras pessoas, sobre classes sociais, estabelecendo (pré)conceitos e transformando o meio social. No entanto, ele traz ideologias que caracterizam determinados grupos sociais e que estigmatizam outros.

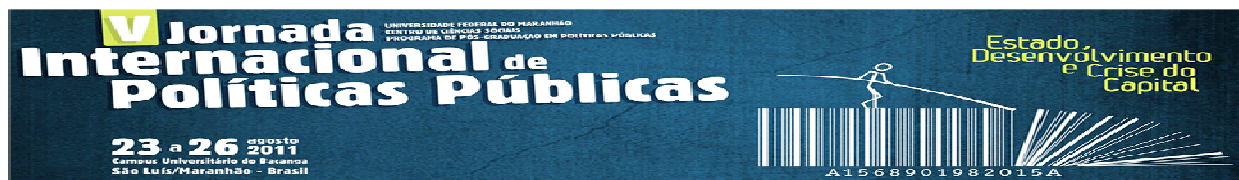
Dessa forma, Fairclough (2001, p.91) corrobora que

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Percebe-se, portanto, que não existe discurso que seja isento de intencionalidade, de ideologias, pois sempre há determinada intenção por parte de quem o produz.

2- A ideologia presente nos livros didáticos de Língua Portuguesa

O livro didático de língua portuguesa aborda questões que visam atender às classes de forma generalizada. Portanto, faz uso de uma linguagem pertencente às camadas mais favorecidas socialmente, valorizando, assim, o discurso dominante. Tal domínio não parte de uma visão defendida apenas por um autor, uma vez que toda pessoa tem, de certa forma, seu discurso influenciado a partir de outros já existentes.



De acordo com Citelli (2005, p.37),

ao falarmos, somos também falados por grandes unidades de linguagem que carregam consigo temas, problemas, valores, conceitos. Deste modo, “nossas opiniões” podem não ser tão nossas como imaginamos. A “nossa opinião” quase sempre resulta de cruzamentos, muitos deles pouco percebidos, outros nem sequer identificados neste enorme fluxo representado pelas formações discursivas e seus múltiplos envoltórios.

Assim, toda obra, didática ou não, possui uma intencionalidade, um discurso provido de ideologia, que quer atingir um determinado objetivo e construir conceitos dominantes. Para Maingueneau (2001, p.63), “falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo”.

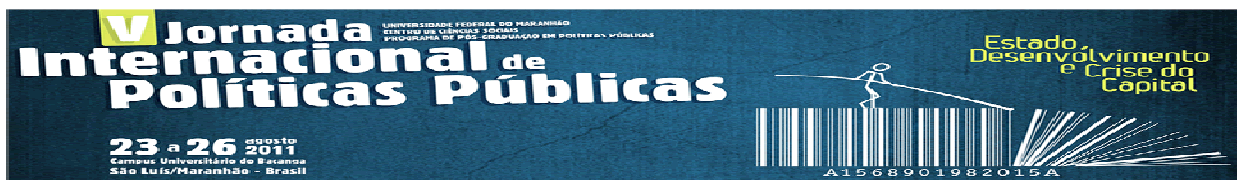
No âmbito do livro didático, a ideologia recai sobre o ensino da linguagem culta, utilizada pelos clássicos e pela classe dominante, e não leva em consideração a pluralidade linguística de sua clientela, fazendo com que os alunos de classes menos favorecidas se sintam marginalizados e desconhecedores daquele contexto. Citelli (2005, p.66) afirma que

o problema com tal modalização da linguagem é que ficamos diante de obras que pouco ou nada têm a ver com a realidade da maioria das crianças, refletindo quase sempre padrões de vida de uma certa classe média que vive nos grandes centros urbanos. Verifica-se que os textos didáticos, conquanto nascidos para a “neutra” função de alfabetizar, de servir como fonte de leitura, trazem consigo variáveis ideológicas, de configuração de valores culturais, sociais, históricos, em consonância com os mais tradicionais mecanismos de persuasão.

Por ser, na maioria das vezes, o único recurso de informação utilizado na escola, o livro didático acaba sendo visto como fonte de legitimidade, como instância máxima de saber. Portanto, a linguagem que o constitui faz com que os alunos a apreendam como única e sistemática, sendo o saber adquirido de forma pronta, mecânica e acabada, não havendo assimilação na aprendizagem. As abordagens trazidas por ele são também, muitas vezes, superficiais e descontextualizadas, o que contribui para a alienação de seus usuários.

O professor deve ter a consciência de que o aluno, ao ir para escola, já conhece e faz uso da língua materna. No ambiente escolar, irá apenas conhecer outras variedades. Assim, não há uma modalidade de linguagem melhor ou pior que a outra, mas registros diferentes.

De acordo com Azeredo (2007), toda língua natural, ou seja, aquela que uma criança cresce ouvindo os adultos de seu ambiente social falarem, apresenta diversidade em seu



uso, tanto no campo lexical quanto no gramatical. Segundo o autor (apud GAVAZZI, 2007, p.31),

compreender a diferença, ser capaz de analisá-la e lidar com elas nas relações interpessoais é um grande passo para uma bem sucedida política de ensino de leitura e da produção escrita na língua materna (...). Uma pedagogia da língua baseada numa depreciação linguística e sociocultural do aprendiz gera insegurança, amesquinha a auto-estima e só produz silêncio.

Dessa forma, é fundamental a maneira como a escola trabalha com as variedades linguísticas, pois, se valorizar somente a linguagem culta, causará alienação e discriminação dos usuários que fogem ao uso padrão.

A linguagem utilizada nos livros didáticos pode ser considerada ideológica, pois estabelece e mantém relação de dominação. O discurso neles abordado é baseado na linguagem culta, utilizada pela classe dominante, deixando, pois, de abordar outras variedades linguísticas, o que acaba por discriminar as demais classes.

Segundo Fairclough (2001, p.125),

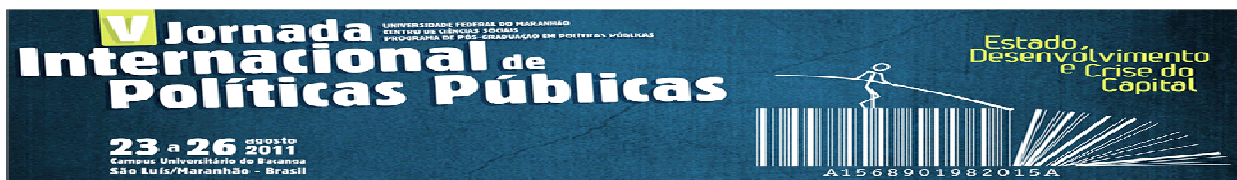
[...] na educação, os grupos dominantes também parecem exercer poder mediante a constituição de alianças, integrando e não simplesmente dominando os grupos subalternos, ganhando seu consentimento, obtendo um equilíbrio precário que pode ser enfraquecido por outros grupos, e fazem isso em parte por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas locais.

Nos livros didáticos de Língua Portuguesa, a grande maioria dos textos utilizados como exemplos para a construção do saber são retirados dos clássicos autores que, por sua vez, fazem uso de um vocabulário rebuscado e inacessível à grande maioria dos alunos de classe social menos favorecida.

Assim, o que seria fonte de aquisição de aprendizagem passa a ser, de certa forma, fonte de discriminação, uma vez que a maioria dos indivíduos em questão passam a sentir-se alienados no processo de aprendizagem.

Para Soares (1986, p.6),

grande parte da responsabilidade por essa incompetência deve ser atribuída a problemas de linguagem: o conflito entre a linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões linguísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza, é uma das principais causas do fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar.



Os livros didáticos deveriam abordar questões que levassem os alunos à reflexão, a fim de formar novos conceitos, compreender enunciados e reconstruí-los, ou seja, despertar uma visão crítica sobre os fatos e o mundo.

Assim, apesar de os livros didáticos estarem passando por determinadas reformulações, ainda prevalece na sua elaboração a perspectiva tradicional, em que se considera “certo” ou “errado” o uso de determinadas colocações de acordo com as regras prescritas pela Gramática Tradicional.

Dessa forma, a questão ideológica está presente na elaboração desse suporte didático, que sequer leva em consideração a realidade de seu usuário.

A formulação dos livros didáticos deveria basear-se na perspectiva da linguística funcional, que se preocupa em estudar a língua valorizando sua pluralidade cultural, seus diversos contextos de uso. Para os funcionalistas, a linguagem é uma atividade sociocultural em que sua estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa.

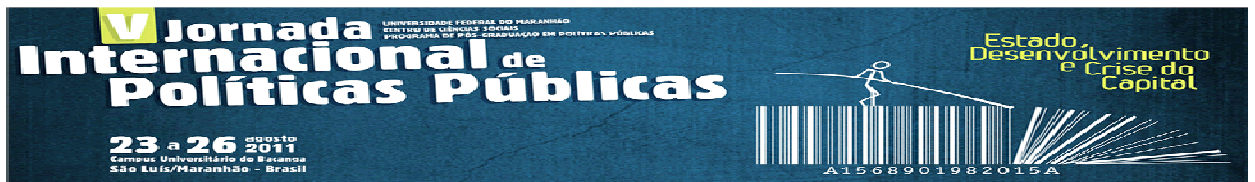
Ainda de acordo com os funcionalistas, a língua é um instrumento de interação social, que serve para estabelecer relações comunicativas entre seus usuários. Para eles, a gramática se constrói a partir do ato comunicativo, do discurso, sendo, pois, a língua um instrumento maleável. A gramática funcional leva em consideração, também, os fatores internos e externos da língua.

Assim, a mudança e a variação estão sempre presentes nos usos linguísticos, em que o significado é dependente do contexto. A língua é, pois, maleável e permite desvios gramaticais no ato comunicativo, considerados, até então, erros pela Gramática Tradicional.

De acordo com Cunha (apud MARTELOTTA, 2008, p.158),

na análise de cunho funcionalista, os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal. Ou seja, o funcionalismo procura essencialmente trabalhar dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.

Dessa forma, se as políticas de reformulação dos livros didáticos proporcionassem um estudo baseado em fatos do cotidiano, levariam aos professores e aos alunos melhorias no processo ensino-aprendizagem, pois trabalhariam com fatos associados ao contexto dos educandos. A partir dessa abordagem, o aluno perceberia que ele já é conhecedor de sua própria língua e, apenas, conheceria outras colocações de uso. Assim, estabelecerá relações propostas no ato comunicativo, não sendo um mero decodificador dos enunciados.



Segundo Maingueneau (2001, p.20), “compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável”.

Percebe-se que, muitas vezes, há uma preocupação na escolha do livro didático, porém, esquece-se de levar em consideração que a escola, principalmente a pública, possui uma clientela diversificada e desconsideram-se as variedades linguísticas no momento dessa escolha.

Soares (apud GATTI JUNIOR, 2004, p.32) aponta que

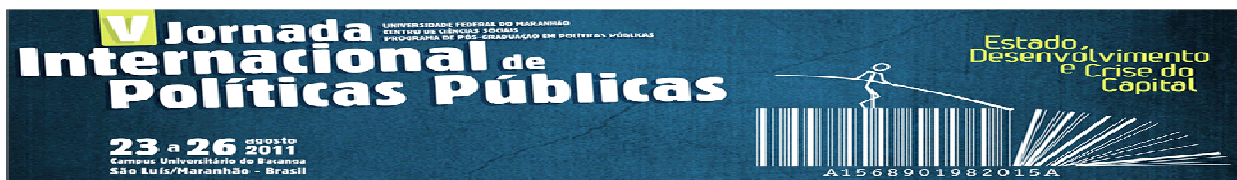
muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o livro didático nos últimos anos: um olhar pedagógico, que avalia qualidade e correção, que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que formula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico, que fixa normas e parâmetros de produção, de comercialização, de distribuição. Avaliar qualidade e correção, orientar escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas... são olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o "dever ser" ou o "fazer ser", e volte-se para o "ser" - não o discurso sobre o que "deve ser" a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que "é", o que "tem sido", o que "foi" o livro didático.

Faz-se necessário, portanto, que a escolha do livro didático seja realizada de forma que reflita a real função desse amparo pedagógico, que é servir de base ao ensino, a fim de formar cidadãos críticos e reflexivos, e não ser visto como fonte de discriminação, constituído por um discurso que foge ao contexto linguístico dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que no Brasil os livros didáticos, com raras exceções, foram sempre considerados de qualidade duvidosa e não cumprem o seu papel de apoiar o processo educativo.

Atualmente, é bem verdade que a qualidade dos livros didáticos tem melhorado bastante, mas, por outro lado, temos que reconhecer que ele ainda possui presença



marcante na sala de aula e, muitas vezes, serve até mesmo como substituto do professor quando na verdade ele deveria ser mais um elemento de apoio ao trabalho docente.

O conteúdo do livro didático vem sendo criticado desde 1940, porém esse processo se intensifica a partir da segunda metade da década de setenta e assume proporções ainda maiores nos últimos dez anos. (Freitag, 1997).

De acordo com Oliveira (1984), o livro didático é um meio a serviço de um processo geral de transmissão de modos de pensar e agir, modos esses que expressam objetivamente a visão de mundo de um grupo ou de uma classe.

Para Freitag (1997), esse amparo pedagógico é o veículo de transmissão dos conhecimentos dosados e da ideologia da burguesia, e visa unicamente à classe operária. Assim, o livro didático contribui para a reprodução de uma classe operária conformista e passiva. Também Faria (2000), diz ser o manual didático um dos veículos utilizados pela escola para a transmissão da ideologia burguesa.

O livro didático possui desde erros simples, como os de ortografia e de concordância, até os mais graves, como os de conceituação e informação.

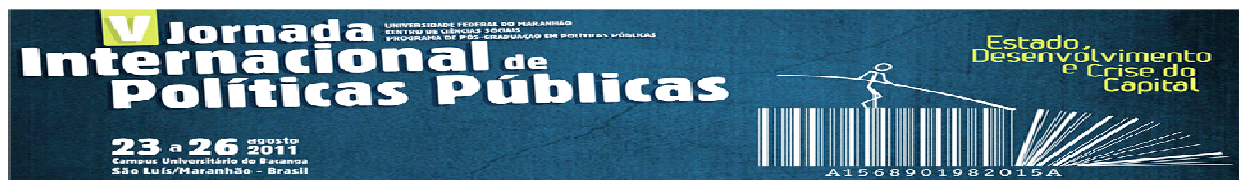
Diante da abordagem acerca do livro didático feita aqui, cabe a nós educadores ter a consciência de que nossos alunos são conhecedores de sua língua e o livro didático, na maioria das vezes, é visto como única e legítima fonte de transmissão do conhecimento.

Porém, apesar das várias reformulações sofridas por este suporte pedagógico, ele ainda continua privilegiando a linguagem da classe dominante, considerando as demais como algo que transgride ao padrão. Nesse contexto, os alunos sentem-se discriminados e o que seria fonte de informação passa a ser fonte de discriminação.

De acordo com Bagno (2001, p.12), o que devemos ter é

uma noção de língua “que aumente o movimento”, que faça circular as idéias, que permita ao maior número possível de falantes se expressar, se comunicar, interagir e criar a sociedade. Uma noção de língua, enfim, “que sacuda e arrebente o cordão do isolamento”, o fosso que sempre separou a pequena elite dos que “sabem a língua” da imensa maioria condenada à mudez e ao silêncio, sob o pretexto de “falar tudo errado”.

Assim, vemos que, como espaço coletivo e multicultural, a escola tem de repensar o ensino de língua, uma vez que os alunos já a conhecem, e que o livro didático tende a valorizar a linguagem padrão, estigmatizando, apesar de suas várias reformulações, tudo o que foge ao tradicional.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. **A quem cabe ensinar a leitura e a escrita?**. In: GAVAZZI, Sigrid (org.). *Da Língua ao Discurso*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 30-42.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro? um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Angélica Furtado da. **Funcionalismo**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Ana Lucia G. de. **Ideologia no Livro Didático**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAG, Bárbara (org.). **O livro didático em Questão**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GATTI JUNIOR, D. A escrita escolar da História: Livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, Edusc, 2004. In: **Uma perspectiva de análise para o livro didático de história**. Disponível em <http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_1760._1760.pdf>. Acesso em 05 abr. 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, João Batista (org.). **A Política do Livro Didático**. Campinas: Sannus, 1984.

SILVA, Edissa Frago da. **Leitura do texto literário museificado no manual de Língua Portuguesa**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. In: Bagno, M. (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.